

OS BARÕES DE PIRACICAMIRIM

*Marcelo Meira Amaral Bogaciovás*¹

Resumo: *Biografia e genealogia dos barões de Piracicamirim, Antônio de Barros Ferraz, chefe político em Piracicaba (SP)- D. Rita Ferraz.*

Abstract: *Biography and Genealogy of the barons of Piracicamirim, Antônio de Barros Ferraz, Political Chief of Piracicaba (SP)- D. Rita Ferraz.*

Origem

Apesar de o barão de Piracicamirim, Antônio de Barros Ferraz, ser uma figura conhecida em Piracicaba e receber nome de importante rua na cidade, sua origem era ignorada.

Dei-me conta dessa situação por causa de uma entrevista com meu avô materno, João do Amaral Mello (1879-1984), quando me relatou um encontro com *sua tia* D. Rita Ferraz, baronesa de Piracicamirim. Esse encontro teria ocorrido por volta de 1901, em um trem que ia ou vinha de Piracicaba, ocasião em que ela o convidou para viajar consigo em seu vagão. Curioso, passei a pesquisar sobre a genealogia dos barões. Sobre ele nada encontrei, ao contrário de D. Rita Ferraz, mencionada na obra de Silva Leme.² Dias depois voltei ao assunto com vovô e lhe disse que, tendo pesquisado sobre D. Rita Ferraz, ela não seria sua tia, mas apenas prima de um antepassado. Ele apenas repetiu o tratamento de *tia*, sem saber dar mais detalhes.

Por muitos anos tive o prazer de conviver com meu avô, com quem entabulava longas e saudosas conversas sobre seu passado e casos antigos da família. Ele raciocinava como engenheiro – que era – sempre preciso e detalhista nas informações, aliado a uma memória prodigiosa: todos os fatos narrados a mim encontravam comprovação segura posterior. A história oral ganha ares mais interessantes quando confrontada e enriquecida pelo crivo documental...

¹ Sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

² LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia., 1903 a 1905, 9 volumes. Vol. IV, p. 30.

Em uma das minhas viagens a Piracicaba, estudei o inventário *post mortem* do Tenente Manuel de Barros Ferraz, pai de D. Rosa Balbina de Barros (bisavó de meu avós maternos João do Amaral Mello – Guiomar Corrêa de Meira), no Arquivo do Fórum de Piracicaba, então depositado na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Foi declarante a viúva D. Gertrudes Antônia de Barros. Por obra do acaso, nesse processo descobri que Antônio de Barros Ferraz – o futuro barão de Piracicamirim – era filho do casal acima. Portanto, vovô não se enganara: D. Rita Ferraz era realmente sua tia-bisavó, por afinidade.

Publiquei a identificação de Antônio de Barros Ferraz, *en passant*, em um trabalho meu, no ano de 1991, ao tratar do segundo casamento de Balduino de Mello Castanho e Sampaio (viúvo de D. Antônia de Pádua do Amaral Gurgel) com D. Gertrudes Antônia de Barros, em 2 de abril de 1834, em Itu.³ D. Gertrudes era viúva do Tenente Francisco Xavier Cardoso Leite, seu segundo marido, o qual faleceu em 1.º de outubro de 1833 em Limeira. O Tenente Manuel de Barros Ferraz havia sido o primeiro marido de D. Gertrudes, de quem, unicamente, deixou geração.

O casal Balduino – D. Gertrudes – reuniu os filhos menores de idade de cada um, e viveram, por algum tempo, sob o mesmo teto. No recenseamento de 1836 na freguesia de Indaiatuba (segunda quadra), da vila de Itu, Antônio ali foi registrado, com a idade de 17 anos. Balduino e D. Gertrudes deixaram de ter vida marital e, muito provavelmente, Antônio de Barros Ferraz acompanhou sua mãe de volta a Piracicaba, onde passaram a viver.⁴

Enfim, passemos à identificação e origem do futuro barão.

Antônio de Barros Ferraz foi batizado em 9 de Maio de 1819 na matriz de Santo Antônio de Piracicaba, como segue:⁵

Aos 9 de Maio de mil oitocentos e dezanove batizei e pus os Santos Óleos a Antônio inocente filho legítimo de Manuel de Barros e Gertrudes Antônia. Padrinhos Manuel Joaquim Pinto de Arruda e sua mulher D. Ana Josefa de Sampaio. O Vigário Manuel Joaquim do Amaral Gurgel de que fiz este assento.

O Vigário Manuel José de França

³ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Os Irmãos Mellos de Itu*. Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo: IMESP, 1991. p. 709. Pode ser visto em: <http://asbrap.org.br/documentos/mellos.pdf>

⁴ Não consta que tenham se divorciado. Não era uma situação comum para a época. Mas, por outro lado, não se configurava em escândalo. Certamente por serem reservados e por fazerem parte da ‘nobreza da terra’, não consta ter havido manifestação contrária dos vigários de Indaiatuba, Itu e Piracicaba.

⁵ Arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba. Livro de batizados de Piracicaba, fls. 21v.

Seus pais e avós paternos foram antigos moradores de Piracicaba e faziam parte da elite local. Seu pai, o Tenente Manuel de Barros Ferraz, anteriormente conhecido por Manuel de Barros Leite, foi batizado em 8 de maio de 1769 em Itu; era irmão do Major Teodoro Ferraz Leite (1751-1837), que foi sargento-mor de Campinas por muitos anos, e figura de destaque na sociedade local. Manuel de Barros Ferraz casou-se em 28 de agosto de 1798 em Itu com D. Gertrudes Antônia Ferraz de Campos, batizada em 13 de junho de 1783 em Itu – a qual, depois do casamento, passou a ser conhecida por Gertrudes Antônia de Barros, nome que conservou mesmo durante e após seus outros dois matrimônios.⁶

Neto paterno de Pedro Ferraz Pacheco, batizado em 12 de novembro de 1723 em Itu, onde foi inventariado em 1804, e de sua primeira mulher (casados em 24 de novembro de 1748 em Santana de Parnaíba) Maria Delfina de Lemos, também conhecida como Maria Delfina Leite, batizada em 12 de novembro de 1733 na matriz de Santana de Parnaíba, e falecida em 15 de abril de 1778 em Itu. Pedro Ferraz Pacheco casou-se, segunda vez, em 1778 em Itu, com Gertrudes Maria Barbosa, a qual era irmã de Ana Maria de Almeida, madrasta de Ana de Lara da Silva, mulher de Antônio Corrêa Barbosa, povoador de Piracicaba e seu primeiro capitão.⁷

Antônio de Barros Ferraz era neto materno de João Ferraz de Campos, batizado em 29 de outubro de 1730 em Itu, onde faleceu em 17 de dezembro de 1804, e de sua primeira mulher (casados em 4 de março de 1753 em Itu) Rosa Maria de Siqueira, nascida em 29 de agosto de 1738 em Santana de Parnaíba, onde foi batizada em 6 de setembro de 1738, e falecida em 20 de dezembro de 1803 em Itu.

O Tenente Manuel de Barros Ferraz deve ter acompanhado seu pai em suas andanças, ainda criança, a Piracicaba. Alguns anos depois do casamento, mudou-se para Piracicaba, onde apareceu no recenseamento de 1808 e no de 1809. Ao lado de seu nome constou: “está se estabelecendo de novo”. Em Piracicaba foi juiz dos órfãos e senhor de engenho, com fábrica de açúcar. Serviu de escrivão em uma escritura que Miguel Rodrigues da Silva e Joana Francisca venderam terras a Francisco Eugênio de Andrade, em 23 de abril de 1817 em Piracicaba.⁸

O Tenente Manuel de Barros Ferraz e seus sócios, os Tenentes Joaquim Galvão de França e José Galvão de França, receberam uma sesmaria, em 13 de janeiro de 1817, no lugar denominado *Morro Azul*.⁹ Era uma enorme gleba, que consistia em légua e meia

⁶ Não encontrei o óbito de D. Gertrudes Antônia de Barros.

⁷ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. Volumes IV, 387; V, 249. O casamento de Pedro Ferraz Pacheco com alguém da família do povoador de Piracicaba mostraria suas boas relações com Antônio Corrêa Barbosa.

⁸ Biblioteca Nacional [do Rio de Janeiro]. Códice II- 35, 21, 56 n.º 8.

⁹ Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Sesmarias e Patentes**. Livro n.º 39, fls. 124.

de terra em quadra (por volta de 4.050 alqueires paulistas) na freguesia de Piracicaba, na cabeceira do ribeirão do Pinhal. Rateada a sesmaria, parte dessa sesmaria deu origem à futura cidade de Rio Claro e a várias fazendas (entre as quais o Engenho do Ibicaba, do Senador Vergueiro). Não consta que tenham ficado muito tempo na posse dessas terras.

Manuel de Barros Ferraz faleceu em 30 de abril de 1830 em Piracicaba, sem testamento ou apontamento qualquer. Por sua morte foi inventariado em 27 de setembro de 1830 na vila de Piracicaba, em casas da viúva D. Gertrudes Antônia de Barros, sendo juiz dos órfãos Bento Manuel de Moraes e escrivão Manuel Anselmo de Sousa.¹⁰ D. Gertrudes não sabia assinar. Entre outros bens, foram avaliados 20 escravos e um sítio, denominado “São João da Montanha”, com terras, casas de morada na paragem de rio acima, que divisava de um lado com terras do Doutor José da Costa Carvalho – futuro marquês de Monte Alegre – e de outro lado com o sítio do Brigadeiro Joaquim Mariano Galvão, visto e avaliado em 6:400\$000 (seis contos e quatrocentos mil réis). Além do sítio, foram avaliados uma fábrica, olaria, senzala, tudo em 64\$240, além de quartéis de cana. À exceção do sítio, tudo que possuía estava em sociedade com o Padre Patrício Manuel de Andrada (irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”), grande capitalista.¹¹ O casal residia em uma morada de casas no pátio da matriz, vistas e avaliadas em 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis). O orçamento resultou em um monte-mor de 11:311\$293 e, abatidas as dívidas, em um monte-menor de 11:038\$603 (onze contos, trinta e oito mil e seiscentos e três réis).

É relevante assinalar que a *São João da Montanha*, por fim, pertenceu, por compra, a Luiz de Queiroz, o qual a doou para o Governo do Estado de São Paulo para criação da escola agrônômica, a famosa ESALQ – “Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz”, que tantos serviços tem prestado ao desenvolvimento do Brasil, e que atualmente faz parte da Universidade de São Paulo (USP).¹² Quando se fez o registro de terras de Piracicaba, em 7 de dezembro de 1855, a fazenda São João da Montanha pertencia a Francisco Florêncio do Amaral, com um quarto em quadra, o que equivaleria a 112 alqueires paulistas, dividindo pela parte de cima com terras do Exm.^o Marquês de Monte Alegre, e pela parte de baixo e fundo com terras de Manuel Rodrigues Jordão.¹³

¹⁰ Centro Cultural Martha Watts. Arquivo do Fórum de Piracicaba. Caixa n.º 37, ano de 1830.

¹¹ MENDONÇA, Luiz Carlos Sampaio de. *Os Andradas (ascendentes e colaterais)*. Brasil Genealógico. Tomo I n.º 3, p. 255, 1962.

¹² PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os Passos do Saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 117.

¹³ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Registro de Terras de Piracicaba. Volume 81, registro n.º 254. (Valeria a pena estudar, em um próximo artigo, a titularidade da Fazenda São João da Montanha até Luiz de Queiroz).

A Baronesa de Piracicamirim

Antônio de Barros Ferraz casou-se (ignoro onde e quando) com sua prima D. Rita Ferraz.¹⁴ Já eram casados em 1846, conforme constou da relação de eleitores de Piracicaba, conforme adiante se virá. Depois de casada, passou a ser denominada Rita de Barros Ferraz. Ela era filha de José Ferraz de Campos, batizado em 24 de outubro de 1779 em Itu e de sua mulher (casados em 25 de junho de 1807 em Itu) D. Maria da Anunciação Camargo, batizada em 10 de março de 1793 em Itu; neta paterna de João Ferraz de Campos e de sua primeira mulher Rosa Maria de Siqueira – avós maternos de seu marido Antônio de Barros Ferraz, acima citados; neta materna do Capitão José de Camargo Penteado, natural da freguesia da Cotia, e de sua mulher (casados em 1790 em Itu) Ana Joaquina de Arruda, natural de Itu.

Rita Ferraz teria nascido possivelmente em Itu, cerca de 1821, consoante seu óbito, lavrado em 6 de novembro de 1910 na matriz de Piracicaba (fls. 53v):

Rita Ferraz de Barros

Aos seis de Novembro de mil novecentos e dez nesta Matriz encomendei o cadáver de Rita Ferraz de Barros (Baronesa de Piracicamirim), com oitenta e nove anos de idade, viúva de Antônio de Barros Ferraz, faleceu [sic].

O Vigário Cônego Manuel Rosa

Homem público

A vida pública de Antônio de Barros Ferraz em Piracicaba foi intensa.

No ano de 1846 aparece no quinto quarteirão de Piracicaba, qualificado como administrador, com a idade de 27 anos.¹⁵ A partir desta data consta habitualmente dessas listas. Cabe lembrar que, naquela época, apenas os homens livres, de maior idade, que sabiam ler e escrever e que possuíam alguma posse, podiam votar.

Pelo ofício de 8 de junho de 1859, o governo da Província tomou ciência de que Antônio de Barros Ferraz prestou juramento e achava-se em exercício do cargo de subdelegado de Polícia da cidade de Piracicaba, para o qual foi nomeado, por este governo.¹⁶

Segundo o Expediente da Presidência da Província de São Paulo, de 4 de dezembro de 1862, foi nomeado em 6.º lugar para suplente de juiz municipal e dos órfãos.¹⁷

¹⁴ Os assentos de matrimônio em Piracicaba – no período – estão muito falhos. De 1818 a 1831 estão desaparecidos, bem como de 1839 a 1854.

¹⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Negócios Eleitorais de Piracicaba.

¹⁶ Correio Paulistano, 10 de junho de 1859, p. 2.

¹⁷ Correio Paulistano, 4 de dezembro de 1862.

Utilizando-se do jornal *Correio Paulistano*, queixou-se de nepotismo João Batista Teixeira de Barros, de Piracicaba, a 20 de junho de 1864, de que era delegado de Polícia da cidade de Piracicaba Antônio de Barros Ferraz e subdelegado de Polícia da recente freguesia de São Pedro do município de Piracicaba, por proposta daquela autoridade, seu sobrinho carnal João Leite de Cerqueira César, que tem por um de seus suplentes seu irmão Antônio Rodrigues de Barros, também sobrinho carnal do referido delegado.¹⁸

Na ata da câmara de 2 de janeiro de 1866, foi um dos poucos merecedores da distinção que o governo da Província queria reconhecer as pessoas que, de qualquer forma, tivessem concorrido para a campanha das armas imperiais na guerra contra o Paraguai.¹⁹ Na sessão de 6 de janeiro de 1867, quando era delegado de Polícia, juntamente com José Custódio Soares de Barros (suplente de delegado de Polícia) e com Joaquim Antônio de Oliveira (subdelegado) participou ativamente da aquisição e recruta para a mesma guerra.²⁰ Em geral, eram escravos aos quais se oferecia a liberdade com a obrigação de irem para a guerra. Na sessão de 15 de abril de 1868, por proposição do vereador Ricardo Pinto de Almeida, fazia parte de uma comissão de três membros para, por meio de subscrição, promoverem festejos patrióticos por ocasião do término da guerra com o Paraguai, juntamente com José Custódio Soares de Barros e Dr. Eulálio da Costa Carvalho.²¹

Foi um dos subscritores da cidade de Piracicaba que tomaram ações para o prolongamento da estrada de ferro, em 22 de janeiro de 1868. Possuía 20 das 100 ações.²²

Em 29 de julho de 1868, foi-lhe concedida exoneração – a pedido – do cargo de delegado de Polícia do termo da câmara municipal de Piracicaba.²³

Fez anúncio de venda de uma fazenda de café denominada Santa Cruz, a uma légua e meia da cidade, com 50 mil pés de café formado, e mais ou menos 100 alqueires de terras baixas, próprias para a cultura de algodão e mantimentos; tinha uma pequena morada.²⁴

Fazia parte da diretoria que se reuniu em 3 de fevereiro de 1875 na cidade de Itu, da Companhia Ituana, de estrada de ferro.²⁵

¹⁸ *Correio Paulistano*, de 6 de julho de 1864, p. 3.

¹⁹ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, p. 18.

²⁰ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, p. 22.

²¹ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, pp. 26 e 27.

²² *Correio Paulistano*, de 22 de janeiro de 1868, p. 1.

²³ *Correio Paulistano*, de 29 de julho de 1868, p. 3.

²⁴ *Correio Paulistano*, de 26 de novembro de 1874, p. 3.

²⁵ *Correio Paulistano*, 7 de fevereiro de 1875, p. 2.

No dia 11 de setembro de 1875, em sua fazenda Santo Antônio, em Piracicaba, o cidadão Antônio de Barros Ferraz inaugurou os trabalhos de uma serraria, a vapor, pelo que houve uma pequena festa, um bem servido jantar, reunião de amigos, etc.²⁶

Representou Piracicaba, em outubro de 1875, juntamente com o Tenente-Coronel José Ferraz de Camargo, na reunião do Partido Liberal, no domingo à noite, no Teatro Provisório, em São Paulo.²⁷

Foi eleito vereador no ano de 1877, conforme publicação no Jornal Piracicabano, de 10 de janeiro de 1877:²⁸

No dia 7 do corrente, pelas 5 horas da tarde, muitos cidadãos, sem distinção de cores políticas, precedidos de uma banda de música, foram cumprimentar aos membros da Câmara Municipal que tomaram posse nesse dia. Dirigiram-se em primeiro lugar à casa do simpático e muito digno presidente, o Exm.º Sr. Dr. Estêvão de Resende, e depois às dos distintos vereadores, Dr. Prudente de Moraes e Antônio de Barros Ferraz, sendo na casa deste, onde achavam-se então reunidos todos os vereadores, oferecido um copo de cerveja às pessoas presentes.

Em nome do povo foram dirigidas palavras congratulatórias aos representantes do município, manifestando grande confiança nestes, as quais foram, em agradecimento, respondidas pelo Exm.º Sr. Dr. Estêvão de Resende e Dr. Prudente de Moraes.

Nesse ano de 1877, juntamente com o presidente da câmara local, mandaram, cada um, 10 escravos seus, trabalhar gratuitamente na canalização do córrego Itapeva, que passa pelo centro da cidade de Piracicaba.²⁹

Fez parte da comissão de festejos da inauguração do ramal da linha férrea de Piracicaba – que ocorreu em 20 de fevereiro de 1877.³⁰

Participou e auxiliou seu cunhado Manuel Ferraz de Arruda Campos (casado com sua irmã D. Ana Cândida de Barros Ferraz) da fundação do Lazareto de Morféticos da cidade de Piracicaba.³¹ Em 26 de março de 1877 foi inaugurado o Asilo de São Lázaro. Segundo Leandro Guerrini:³²

²⁶ Correio Paulistano, 21 de setembro de 1875, p. 2.

²⁷ Correio Paulistano, 4 de outubro de 1875, p. 1.

²⁸ Diário de São Paulo, 14 de janeiro de 1877, p. 2.

²⁹ Correio Paulistano, 18 de janeiro de 1877, p. 2.

³⁰ Correio Paulistano, 17 de fevereiro de 1877, p. 2.

³¹ Segundo Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, em seu livro “Piracicaba no século XIX”, 2.ª ed., Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2009, p. 210:

O Asilo de São Lázaro se localizava na rua que hoje ostenta o nome de seu fundador, em direção à Escola Agrícola. Prestou relevantes serviços de profilaxia à cidade. Passou por muitas reformas e direções, ora oficiais, ora particulares. Foi arrasado mais ou menos em 1936, quando os pobres lázaros do município foram transportados para o Asilo Colônia Pirapitingui [em Itu].

Em 26 de agosto de 1877, o cidadão Manuel Ferraz de Arruda Campos apresentou ofício oferecendo à câmara um terreno de um quarteirão, para nele ser construído um lazareto para morféticos. Em 16 de outubro do mesmo ano, o vereador Antônio de Barros Ferraz apresentou à câmara municipal a planta dos terrenos necessários à edificação do Hospital dos Leprosos.³³ Em 20 de outubro de 1879 o operoso Manuel Ferraz comunicava à câmara que estava com as obras a finalizar, e pedia a cooperação oficial para a conclusão das mesmas obras; a municipalidade entendia não ter responsabilidade no caso.³⁴

Manuel Ferraz foi o principal fundador do lazareto, e teve autorização verbal dada pelo Exm.^o Sr. Cônego Jerônimo Pedroso de Barros, que benzeu a capela em 25 de junho de 1880, segundo a forma do Ritual Romano.³⁵ Era vigário de Piracicaba Francisco Galvão Pais de Barros e vigário geral o Cônego Francisco de Paula Rodrigues. Em seu testamento, adiante, feito em 1895, Barros Ferraz destinou quinhentos mil réis para o hospital dos morféticos.³⁶

Manuel Ferraz de Arruda Campos foi um dos homens mais caridosos de Piracicaba. Acompanhado de seu escravo Eliseu, Maneco Ferraz, como era conhecido, ia buscar nas matas esses infelizes, trazendo-os para seu Leprosário, deles cuidando com todo carinho, em sua própria chácara. Foi vítima de acidente, a 14 de junho de 1887, quando demolia um velho prédio para, nesse local, construir outro para seus protegidos. Em agosto do ano anterior ele já tinha oferecido à Câmara Municipal o terreno de um quarteirão para a construção de um Lazareto, que foi inaugurado nesse ano a 16 de março.

³² GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.^o, pp. 66 e 67.

³³ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.^o, pp. 70 e 71.

³⁴ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.^o, p. 79.

³⁵ Arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba. Livro Tombo da Paróquia de Santo Antônio (1814-1895), fls. 63v.

³⁶ O prédio não existe mais, há muito tempo. De acordo com a Professora Dra. Marly Therezinha Germano Perecin, o leprosário seria um casarão isolado do centro urbano de Piracicaba, em um bosque. De acordo com o “Almanak de Piracicaba para o ano de 1900”, organizado por Manuel de Camargo, ao se descrever as ruas de Piracicaba:

***Hospital.** Assim se chama porque passa pelos fundos do hospital dos morféticos. Nasce na rua Rangel Pestana, passa pelo largo da Estação velha, atravessa du-*

Em 20 de maio de 1877, em sessão da câmara de Piracicaba, Prudente de Moraes e Antônio de Barros Ferraz foram votos contrários ao gasto por parte da cidade em receber a comitiva imperial que ali viria logo depois (chegando em 15 de julho).³⁷

Curiosamente, no ano seguinte, em setembro de 1878 Antônio de Barros Ferraz recepcionou e hospedou em sua residência, em Piracicaba, Sua Magestade o Imperador D. Pedro II e família. Mas, às suas custas, diga-se de passagem. Segue a transcrição dessa visita, conforme o jornal *A Província de São Paulo* (depois denominado O Estado de S. Paulo):³⁸

Suas Magestades Imperiais em Piracicaba

O trem imperial chegou à estação desta cidade no dia 22 do corrente às 5 horas da tarde; logo que se avistou o vagão imperial subiram ao ar muitos foguetes e girândolas.

Suas Magestades foram recebidas pelos senhores delegado e subdelegado de polícia e pelos membros da importante família Ferraz, em cuja casa tinham de hospedar-se os augustos viajantes.

Tocava o hino nacional uma banda de música, dirigida pelo distinto mestre o Sr. Joaquim Romão da Silva Prado.

Da estação seguiram Suas Magestades em carro até a casa do sr. Antônio de Barros Ferraz, onde foram introduzidas pelo sr. José Ferraz de Arruda Campos e pela excellentíssima senhora D. Rita de Barros Ferraz, que faziam as honras da casa.

Suas Magestades atravessaram as ruas da cidade entre duas alas de povo que se apinhava na sua passagem.

À porta da entrada estavam colocados dois coretos elegantemente decorados, onde trinta e tantos meninos e meninas, vestidas à fantasia, atiravam-lhes flores; as baterias, foguetes e girândolas atroavam o ar, e o povo aglomerado no pátio da Matriz, cheio de júbilo saudava aos ilustres hóspedes.

Às 7 horas foi servido um esplêndido jantar, tocando durante essa ocasião a banda de música escolhidas peças do seu excelente repertório.

as barrocas e termina na rua Nova. Conta dez quarteirões com 1.030 metros. Rua escusa, sem casas, aumenta porventura o horror que nos inspira aquela casa isolada destinada aos morféticos, os maiores infelizes de nossa terra.

Conforme o livro de Luiz Nascimento, “Memórias do Bairro Alto”, o hospital dos morféticos ficaria na rua do Hospital, atual rua Manuel Ferraz de Arruda Campos, entre as ruas Treze de Maio e Voluntários de Piracicaba (possivelmente onde fica o Grupo Pão de Açúcar).

³⁷ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, pp. 66 e 67.

³⁸ A Província de S. Paulo, de 28 de setembro de 1878.

O pátio da Matriz arborizado e caprichosamente embandeirado, apresentava à noite, iluminado à veneziana, um aspecto surpreendente.

Às 8 e meia horas, dessa mesma noite a colônia italiana, incorporada levando à frente o estandarte da sua nacionalidade e uma banda de música, obteve o favor de cumprimentar a sua augusta compatriota Sua Magestade a imperatriz; foi nomeada uma comissão composta dos seguintes senhores: Brás Siciliano, Alexandre Siciliano, Carlos Novaresio, Miguel Falconi, Miguel Boniel e Dr. Ernesto Sancia; este último na ocasião em que sua filha Ida oferecia a Sua Magestade um bouquet de flores, dirigiu em nome dos compatriotas que se achavam reunidos na porta da residência imperial, uma saudação no idioma italiano, a cuja saudação Sua Magestade dignou-se responder no mesmo idioma declarando-se sumamente grata pela manifestação cordial que acabava de receber dos seus compatriotas.

No dia 23 pela manhã, foram Suas Magestades à igreja da Matriz dirigindo-se em seguida à cascata do rio Piracicaba, e daí à casa de residência do Sr. Dr. Estêvão de Sousa Resende que se acha situada em um lugar mui pitoresco, perto da mesma cascata. Visitaram também a fábrica de tecidos, e às 9 horas voltaram para almoçar na casa em que achavam hospedados.

Às 10 horas desceram ao rio Piracicaba em duas balsas que o engenheiro da companhia fluvial, Dr. Francisco Conceição mandou preparar para esse fim, não sendo possível descer-se no vapor por falta de água.

Depois de uma descida que levou 4 horas chegaram Suas Magestades e toda a comitiva à estação do Canal Torto, aí os aguardava o vapor da mesma companhia que os recebeu a seu bordo, e foi navegando até as alturas do Limoeiro, daí regressaram para o mesmo ponto de partida os esperavam os trollys que conduziram Suas Magestades para a cidade às 6 horas da tarde. À noite repetiu-se a iluminação tocando a música no seu coreto. Na ocasião em que Suas Magestades depois do jantar se apresentaram à janela, o Sr. José Pantaleão Lopes Rodrigues levantou vivas a Suas Magestades, ao presidente do concelho e ao presidente da província, estas saudações foram entusiasticamente respondidas pelo povo que em grande número achava-se aglomerado no pátio da matriz.

No dia 24 Sua Magestade o imperador percorreu as ruas da cidade acompanhado do digno inspetor de instrução pública, visitou diversas escolas, as cadeias velha e nova em construção, visitou a oficina de chapéus do Sr. Ricardo Petricho e o gabinete de leitura.

Às 9 horas, Suas Magestades ouviram uma missa na igreja matriz, e às 10 horas depois de terem almoçado seguiram de carro para a estação, aonde embarcaram, e às 11 horas com a sua comitiva seguiram para a capital.

Os senhores Antônio de Barros Ferraz, Manuel Ferraz de Arruda Campos, José Ferraz de Arruda Campos, José Ferraz de Camargo, Joaquim da Silveira Mello, João Pinheiro de Aguiar e José Ferraz de Camargo Sousa, acompanharam Suas Magestades até a estação do Itaici.

Nunca se viu a cidade de Piracicaba tão animada, tão bonita e tão cheia de povo, diga-se com orgulho, Suas Magestades manifestaram a sua satisfação pelo acolhimento lthano e cordial que lhes dispensou o povo piracicabano.

À família Ferraz e aos poucos amigos que concorreram para a hospedagem de Suas Magestades cabe-lhes boa parte dessa glória porque com os escassos recursos que dispõe esta cidade conseguiram tornar mais que decente o agasalho que ofereceram aos seus dignos hóspedes.

Nesta ocasião, a filha do Sr. Antônio de Barros Ferraz, saudou a família imperial, e outra menina a nação brasileira.³⁹

A verdade.

Os partidos Liberal e Republicano tentaram se unir para fazer frente ao Partido Conservador, que apoiava a Monarquia. Conforme publicado no Jornal Piracicabano de 9 de março de 1878:⁴⁰

A 5 do corrente reuniram-se na casa do Sr. Antônio de Barros Ferraz, fazendeiro deste município, os partidos – Liberal e Republicano, no intuito de acordarem-se para os trabalhos na próxima eleição.

Depois de um longo debate foi dispersada a reunião, sem que chegassem ao fim proposto, deliberando cada um dos partidos lutar segundo seus princípios.

Por decreto de 28 de fevereiro de 1880 foi nomeado tenente-coronel comandante do 36.º batalhão de infantaria, das comarcas de Rio Claro e de Piracicaba.⁴¹

Em 23 de janeiro de 1881 foi nomeado para a comissão que iria dirigir as obras da igreja matriz da cidade de Piracicaba, juntamente com o Reverendo Vigário Padre Galvão Pais de Barros, Major Fernando Ferraz de Arruda, Ricardo Pinto de Almeida e Alberto José da Silva Pereira.⁴²

Pelo Partido Liberal foi eleito suplente de juiz de paz, em função do abandono do Partido Conservador às eleições de julho de 1880.⁴³

Em Piracicaba, o Tenente-Coronel Antônio de Barros Ferraz acumulava os cargos de comandante do batalhão da Guarda Nacional, de suplente do juiz municipal e, em 7 de janeiro do corrente ano de 1881, acumulou mais o de 1.º juiz de paz, cargos incompatí-

³⁹ Antônio de Barros Ferraz não teve filhos. A menina deveria ser sua sobrinha e afilhada.

⁴⁰ Reproduzido no Diário de S. Paulo, de 12 de março de 1878, p. 3.

⁴¹ Correio Paulistano, de 12 de março de 1880, p. 3

⁴² Correio Paulistano, de 23 de janeiro de 1881, p. 2.

⁴³ Correio Paulistano, de 23 de dezembro de 1881, p. 1.

veis por sua natureza. Em 26 de março de 1881, em ato da vice-presidência da Província, foi declarado vago, a pedido, o cargo de juiz de paz do termo de Piracicaba, visto que seu titular (Antônio de Barros Ferraz) já exercia o cargo de juiz municipal e de órfãos, e as leis vigentes não permitiam o acúmulo de empregos.⁴⁴ Ainda no termo de Piracicaba o cidadão Manuel Ferraz de Arruda Campos, cunhado de Antônio de Barros Ferraz, acumulava os cargos de suplente do juiz municipal e o de vereador da câmara.⁴⁵

De acordo com Leandro Guerrini, em 22 de junho de 1882, noticiava a “Gazeta de Piracicaba” que, com vistas às próximas eleições municipais, se movimentavam os partidos locais – Liberal, Conservador e Republicano, respectivamente chefiados por Antônio de Barros Ferraz, Barão de Resende (Estêvão Ribeiro de Sousa Resende) e José Custódio Soares de Barros.⁴⁶ Barros Ferraz acabou perdendo as eleições desse ano e, ao que parece, abandonou de vez a disputa partidária.

Foi um dos que doaram quantia significativa para a fundação de um colégio feminino na cidade de Piracicaba, com 2 contos de réis (2:000\$000), em agosto de 1882.⁴⁷

Fazia parte, em 1887, dos fazendeiros que se inscreveram como membros da Associação Libertadora dos escravos.⁴⁸

Em janeiro de 1891, os habitantes de Piracicaba estavam entusiasmados com a ideia da fundação de uma escola agrônômica, cuja iniciativa se devia ao prestante cidadão Luiz de Queiroz. Juntamente com outros quatro elementos da sociedade local, fazia parte da comissão que iria obter concessão de terrenos que seriam cortados por um ‘boulevard’, que provavelmente teria o nome de *Boulevard Queiroz*, em continuação da rua Santo Antônio até a escola.⁴⁹

Recebeu a comenda da Ordem da Rosa em 21 de setembro de 1889, coforme segue:⁵⁰

Atendendo aos relevantes serviços prestados ao Estado pelos Coronéis Antônio de Barros Ferraz e José Ferraz de Camargo e por Joaquim da Silveira Mello: Hei por

⁴⁴ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, p. 84.

⁴⁵ Correio Paulistano, de 29 de abril de 1881, p. 2.

⁴⁶ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, p. 90.

⁴⁷ Correio Paulistano, de 16 de agosto de 1882, p. 2.

⁴⁸ Correio Paulistano, de 18 de dezembro de 1887, p. 1.

⁴⁹ Correio Paulistano, 13 de janeiro de 1891, p. 1. Seu sobrinho-bisneto João do Amaral Mello fez parte dos sete estudantes que se formaram na primeira turma da ESALQ – à época Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

⁵⁰ Arquivo Nacional [do Rio de Janeiro]. Decretos Honoríficos – Ordem da Rosa. Ano: 1889, documento n.º 115.

bem nomeá-los Comendadores da Ordem da Rosa. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e um de setembro de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência e do Império.

*Dom Pedro
Barão de Loreto*

Dias depois, em 25 de setembro de 1889, recebeu, de D. Pedro II, o título de Barão de Piracicamirim.⁵¹ Dois dias depois, segundo Leandro Guerrini, houve grande manifestação, ao sabor da época, prestada ao piracicabano Antônio de Barros Ferraz, por ter recebido o citado título.⁵²

Gozou pouco do título durante a Monarquia, já que ela foi derrubada em 15 de novembro do mesmo ano. Mas continuou a ser reconhecido como barão e sua mulher, D. Rita Ferraz, como baronesa, em tempos republicanos.

Um rumoroso processo contra Antônio de Barros Ferraz

No ano de 1869 envolveu-se em uma questão que gerou um grande e rumoroso processo contra sua pessoa: a destruição de uma casa que abrigava uma cruz fixada por uns fiéis. Deve-se notar que não era uma capela, e sim uma casa. Fiz pesquisas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e no Arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba: não encontrei pedido algum de ereção de capela.

O início dessa história deu-se na sessão extraordinária de 23 de maio de 1869, às 10 horas da manhã, no Paço da Câmara Municipal de Piracicaba, estando reunidos os vereadores Dr. Eulálio da Costa Carvalho, Antônio Morato de Carvalho, Antônio Bonifácio de Almeida, Augusto César de Oliveira, Bento Barreto do Amaral Gurgel, Albano Leite do Canto e Francisco Manuel de Oliveira, faltando com causa os vereadores Antônio da Silva Leite e Luís Gonzaga da Silveira.⁵³ Pelo presidente Dr. Eulálio foi aberta a sessão e...

Foi lido um requerimento de José Custódio Gomes pedindo para aforamento gratuito ou não, vinte braças de frente com vinte de fundo de terreno à rua do Monte Alegre, para nele edificar uma casa para guardar uma cruz que naquele lugar os fiéis fixaram. A Câmara ouvindo informações do vereador Bento Barreto, membro da Comunicação de Obras Públicas, concedeu o aforamento, que será gratuito, se o

⁵¹ ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. 1960. 3 volumes. Volume III, p. 674.

⁵² GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, p. 168.

⁵³ Câmara Municipal de Piracicaba. Departamento de Documentação e Transparência. Livro n.º 11 das Atas da Câmara de Piracicaba (1863-1870), fls. 274v.

terreno servir para o devido fim, devendo o suplicante dentro do prazo de três meses dar princípio à edificação da Casa; mas que o suplicante pagará 200 réis por braço do dito terreno, se não realizar a edificação referida. O Dr. Eulálio informou que, tendo ido examinar os terrenos, que por Francisco Franco de Lima tem sido cercado e que pertencem ao rossio desta cidade, entende que a Câmara deve mandá-lo multar conforme os artigos 4, 90 e 116, e intimá-lo para não continue a cercar, nem a edificar nos ditos terrenos e aprovando a Câmara, que assim se fizesse, autorizou de novo a presidência a tratar advogado onde da questão existentes entre ela e Antônio de Barros Ferraz e o Barão de Limeira a res..... [respeito?] de terrenos do rossio e que esses senhores dizem ser seus.⁵⁴

Meses mais tarde, José Custódio Gomes abriu processo contra Antônio de Barros Ferraz pela demolição do espaço.⁵⁵ Era escrivão da cidade de Piracicaba Manuel Alves Lobo. Assim, em 2 de setembro desse mesmo ano, o suplicante, morador no município de Piracicaba, usando do direito concedido no artigo 74 do Código de Processo Criminal, queria denunciar Antônio de Barros Ferraz, também morador no mesmo município, que tendo conseguido licença da atual câmara para edificar uma pequena capela de Santa Cruz no lugar denominado rua do Monte Alegre, não tendo recursos para o concluir, visto seu estado de saúde, procurou então conseguir por meio de uma subscrição uma quantia excedente a 200\$000 (duzentos mil réis).⁵⁶

Ocorre que, conseguindo o valor, e estando a capela para ser coberta de telhas, que devia ser no dia 25 do mês próximo passado, às 7 horas da noite, um grupo de 15 pessoas armadas de instrumentos próprios para demolir o edifício, chegaram ao lugar do acontecimento e nessa ocasião alguns indivíduos que acompanharam o grupo procuraram por meios pacíficos convencer o chefe para que não praticasse um ato de tal vandalismo, porém nada obsteu a sua firme resolução de destruir a capelinha completamente, sob a direção do mesmo Antônio de Barros Ferraz.

Oferecia por testemunhas: Martinho Hilsdorf, Conrado Hebleng, Martinho Ficher, João de Tal, conhecido por *Guarda-Mor*, José Corrêa Barbosa, Maximiano Lopes da Silva, Joaquim Madalena e Valentim Hebling. A rogó de José Custódio Gomes, assinou José Felisberto Machado.

Autuado o processo, foi marcado para o dia 6 do corrente mês, às 3 horas da tarde, na sala da câmara e que fossem notificadas as testemunhas e citado o réu.

⁵⁴ Rossio é a área central da vila, ou cidade. Ou seja, é a área urbana.

⁵⁵ Centro Cultural Martha Watts. Arquivo do Fórum de Piracicaba. Caixa 7/A, 1.º Ofício Cível. Ano de 1869.

⁵⁶ Recordando: não havia sido feito nenhum pedido de edificação de capela, e sim de uma edificação de uma casa para abrigar a santa cruz...

Foi anexada a relação dos doadores. À exceção de Valentim Hebling, Filipe Hebling e Francisco Florêncio do Amaral, que deram cada qual 10\$000, a maior parte contribuiu com 1\$000 (um mil réis). Entre eles alguns de origem alemã.

No mesmo dia, ou no dia seguinte, 26, fez-se auto de corpo de delito, às quatro horas da tarde, na estrada que vai para a fazenda Monte Alegre, distante 150 braças da última casa da rua de Santa Cruz, estando presentes o subdelegado de Polícia Francisco José da Silva, os peritos notificados André Suchs e Júlio César de Oliveira, todos moradores em Piracicaba.

Certificaram-se – os peritos – que a casa teria 25 palmos de comprimento e 17 de largura, e pelos tijolos esbandalhados e quebrados sobre o chão que ali encontraram calculam mais ou menos ter dezesseis palmos de altura, 500 telhas encostadas junto ao lugar da propriedade. Orçaram o prejuízo em trezentos mil réis (300\$000).

Foi tomado juramento ao denunciante, José Custódio Gomes, que não sabia assinar, em 3 de setembro – por ele assinou Joaquim Narciso do Livramento.

Em 6 de setembro de 1869, na cidade de Piracicaba, foi ouvido o réu Antônio de Barros Ferraz, sendo juiz municipal o Dr. Antônio Joaquim Lopes Rodrigues. Declarou ser filho de Manuel de Barros Ferraz e de D. Gertrudes Antônia de Barros, de 50 anos, casado, lavrador de café e açúcar, brasileiro, e que sabia ler e escrever. Alegou que a capela foi construída em suas terras, à margem do caminho que vai à Fazenda Monte Alegre, e que o edifício que o denunciante queria construir era particular, sem nenhuma utilidade pública, porque não se celebra nos caminhos e sim nos templos regulares das povoações, e não é raro que nesses lugares iguais àqueles a título de festejos à Santa Cruz se desenvolvessem vícios e se praticassem atos imorais, e até crimes, como é geralmente sabido.⁵⁷

⁵⁷ Esse parecia ser o pensamento da época sobre os festejos à Santa Cruz.

De acordo com o artigo do Professor Guilherme Vitti, *Largo de Santa Cruz*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba*, n.º 1, p. 27, reproduzindo a ata da câmara de Piracicaba de 2 de maio de 1836, os vereadores, respondendo a uma indagação do prefeito, assim se manifestaram: “... e que, quanto às rezas da Santa Cruz, a Câmara não acha analogia nem a aplicação no artigo onze das Posturas, porque não considera o culto externo dos fiéis como compreendido em as vozerias e tumultos do mesmo artigo, sendo certo que, sem se restringir a reza, pode-se tolher os abusos de imoralidades e os tumultos, por meio de uma exata observância do artigo dez e onze das mesmas posturas...”

Igual opinião vem registrada no livro de Maria Celestina Teixeira Mendes Torres: *Piracicaba no Século XIX*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2.ª ed., 2009, p. 178: “... o Largo de Santa Cruz foi muito mais conhecido pelas festas profanas do que por seu lado religioso. Tais festas eram realizadas no mês de agosto e se prolongavam durante noites seguidas, até muito tarde. A 2 de agosto de 1883 o vereador Dr. Manuel de Moraes Barros, chamava

Era promotor público Joaquim Antônio do Amaral Gurgel, que entendeu, em 8 de setembro, que o terreno em que foi construída a casa arrasada, serviria para amparar a uma cruz e destinado, portanto, à utilidade pública – o que caracterizaria domínio público.

As testemunhas foram ouvidas em 11 de setembro. O advogado de Barros Ferraz era simplesmente o Dr. Prudente José de Moraes Barros, futuro presidente do Brasil. Ele solicitou que as testemunhas fossem perguntadas sobre o estado em que se achava a casinha quando foi demolida e se dentro dela existia alguma cruz (o que foi negado pelas testemunhas). Testemunhas afirmaram que apenas o denunciante teria direito ao terreno, dado pela câmara, mas que o genro do denunciante, Martinho, havia se apossado de um quarteirão nesse lugar, cujo direito transferiu ao denunciado. Martinho Ficher (genro de Martinho Hilsdorf) declarou que 15 escravos participaram da demolição da casinha – o advogado do réu disse que ele abandonou o quarteirão, do qual havia se apossado, não porque não lhe conviesse, mas porque esses terrenos pertenciam ao denunciado.

Interrogado novamente em 13 de setembro de 1869, Antônio de Barros Ferraz declarou, ao ser perguntado, se teria motivo particular a que atribuía a denúncia: — *Tem e é por ter arrasado a casa que fora construída em terreno seu e sem seu consentimento, por cujo motivo o dono da casa zangou-se, e deu a denúncia.*

O advogado do réu, Dr. Prudente, pretendia apresentar documentos comprobatórios, tanto em Piracicaba como na capital da Província (São Paulo) e pedia um prazo razoável para essa investigação. Por ser processo sumário, não lhe foi concedido tal pedido.

A linha de defesa de Antônio de Barros Ferraz era a de que a casa fora construída em sua propriedade, e não em área pertencente à municipalidade e que, portanto, a câmara não poderia dar o que não era seu.

Deve-se fazer uma contextualização da questão dos limites do rossio da vila piracicabana, que foram se expandindo ao longo do tempo.

Em um artigo, sem menção ao autor, sobre os limites do rossio de Piracicaba:⁵⁸

*Em 1857 os confinantes do rossio eram Antônio de Barros Ferraz, Visconde [sic] de Sousa Queiroz, Alfêres Joaquim José de Oliveira, Francisco Florêncio do Amaral, Frutuoso José Coelho, Inácio Ferreira de Camargo e o Marquês de Valença.*⁵⁹ ...

a atenção da Câmara para a necessidade de controlar tais festas, que serviam de pretexto para a reunião de maus elementos e de excesso de bebidas.”

⁵⁸ *Os limites do rossio de Piracicaba poderão ser reconstituídos? In Almanaque de Piracicaba 1955.* Organizador: Helio M. Krähenbühl. Editor: João Mendes Fonseca. No lugar de Visconde de Sousa Queiroz, leia-se Vicente de Sousa Queiroz, que foi barão de Limeira e pai de Luiz de Queiroz, que doou a fazenda “São João da Montanha” para a ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

⁵⁹ Cartório do 2.º Ofício, caixa 48.

Antônio de Barros Ferraz tinha a sua propriedade na rua da Palma (hoje Tiradentes) e a sua divisa corria pelo 'valo da convenção' desde aquela rua até o 'Pasto Grande'. O Comendador Vicente de Sousa Queiroz, confrontando com Antônio de Barros Ferraz, era o dono do 'Engenho d'Água' que é, o mesmo rego d'água que hoje atravessa os terrenos da Fábrica Boyes e se lança ao rio no bosque do Miranda.⁶⁰

Voltando ao assunto dos limites do rossio, em 22 de agosto de 1863, a câmara de Piracicaba tornou pública uma portaria solicitando informações a respeito da questão das terras do rossio, em que se empenhavam Vicente de Sousa Queiroz (depois barão de Limeira), Antônio de Barros Ferraz e Estêvão Ribeiro de Sousa Resende (depois barão de Resende), respectivamente proprietários das fazendas Santa Genebra, Engenho da Água e São Pedro. Segundo os vereadores, esses latifundiários não estavam respeitando a demarcação do rossio, feita em 1822, avançando sobre o patrimônio municipal. E, no dia seguinte.⁶¹

O Sr. Presidente cientificou a Câmara que está se finalizando o rumo provisório do rossio pelo lado que divide com terras de Francisco Franco de Lima, e o modo pelo qual mandou proceder, foi deliberado remeter-se cópia dos antigos Termos de Medição desta Cidade e quando criada Vila como também a Doação feita pelo Capitão Barbosa ao Exm.º Presidente da Província a fim de mandar por um dos engenheiros civis da Província resolver a maneira de correr-se os rumos provisórios do Rossio.

Na sequência do problema, em ata de 6 de setembro de 1863, endereçada ao Presidente da Província de São Paulo:⁶²

Exm.º Sr.

A Câmara Municipal da Cidade de Constituição querendo tornar bem salientes os limites dos terrenos, que constituem o rossio, cujos foram assinalados com quatro marcos ainda existentes fincados no ano de 1822, atenta a invasão, que estão fazendo e pretendendo fazer alguns proprietários, em terras limítrofes ao mesmo rossio e desejando marchar em regra para não prejudicar um só interesse desses proprietários e nem os de seus munícipes, toma a liberdade de passar às mãos de V. Ex.^a o mapa e certidão junto do Termo de Demarcação juntas, a fim de V. Ex.^a se dignar em consultar a pessoa profissional e fique sabendo se os ditos marcos se devem correr linhas paralelas como parece mais razoável para ficar o Rossio com meia légua, e não serem prejudicadas as ruas, ou as diagonais.

⁶⁰ Livro de Notas 13 – 1.º Ofício, fls. 11v.

⁶¹ GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1970. 2 volumes. Vol. 2.º. p. 8. **Atas da Câmara de Piracicaba**.

⁶² GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. Idem.

O historiador Leandro Guerrini resume a ata de 7 de setembro do mesmo ano de 1863 da forma seguinte: Detalhada exposição da municipalidade ao governo provincial, a respeito da questão das terras patrimoniais, de que se fala em ‘quadrinhos’ anteriores. A câmara historiou circunstanciadamente a elevação da povoação à vila, especialmente na demarcação do rossio, que compreendia o patrimônio territorial do município, as lutas que se seguiram, a ganância e incompreensão dos grandes, que só viam seus interesses e não o bem-comum. Falou da reação do povo, dos processos judiciais e das contínuas promessas dos proprietários, não cumpridas, quase sessenta anos depois.⁶³

Em 9 de abril de 1864: novo ofício da câmara municipal à presidência da Província solicitando solução ao caso das terras do rossio, levantada por Vicente de Sousa Queiroz, Antônio de Barros Ferraz e Dr. Estêvão Ribeiro de Sousa Resende. Quase um ano havia se passado e os poderes competentes não davam definição à questão, parecendo não reconhecer os direitos do município.⁶⁴ Em 18 de junho do mesmo ano há cópia de recebimento do governo da Província.

Retornando ao processo, em 6 de outubro de 1869, o promotor público, Amaral Gurgel, entendeu haver provas suficientes de ter sido Antônio de Barros Ferraz o autor do arrasamento da pequena casa, situada em um dos terrenos que pertence ao domínio público e que era destinada a servir de culto público. E que o réu deveria ser pronunciado nas penas do artigo 178 do Código Penal. E, em 30 de novembro do mesmo ano, foram conclusos os autos ao juiz municipal Antônio José Lopes Rodrigues. Em 2 de dezembro foi passado mandado de prisão contra o réu Antônio de Barros Ferraz, que em 4 de dezembro de 1869, ofereceu fiança contra o mandado de prisão. O valor arbitrado foi de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000), depositados em 6 do mesmo mês.

Em 9 de dezembro o Dr. Prudente apresentou recurso. O Dr. Prudente José de Moraes Barros (1841-1902), à época, era um jovem advogado, que tivera carreira meteórica na política: convidado a entrar no Partido Liberal – o mesmo de Barros Ferraz – elegeu-se vereador em 1864 de Piracicaba, tornando-se presidente da câmara e, deputado provincial no biênio 1868-1869. De volta a Piracicaba, abraçou a carreira advocatícia e a defesa do processo, que parecia perdida, não apenas em função da violência praticada na destruição da casa – indo na contramão do direito, mas por não apresentar provas da titularidade por parte de Barros Ferraz. Mas, por fim, teria ganhado a causa, como segue.⁶⁵

⁶³ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, pp. 8 e 9.

⁶⁴ GUERRINI, Leandro. *Op. cit.* Vol. 2.º, p. 11.

⁶⁵ A sentença não consta do processo depositado no Centro Cultural Martha Whatts. Porém, pode ser vista em: AMARAL, Antônio Barreto do. *Prudente de Moraes – uma vida marcada*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971. p. 46. *Apud* LEITE, Lauro de Paula. *Prudente Advogado*. **Gazeta de Piracicaba**, de 9, 15 e 20 de outubro de 1936.

Conclusos os autos a 16, a 19 de dezembro, o juiz municipal de Constituição, após várias considerações sentenciava: “...revogo hoje essa sentença para considerar o réu livre de tal pronúncia...”

Testamento dos barões de Piracicamirim

Os barões de Piracicamirim fizeram testamento de mão comum em 19 de junho de 1895 em Piracicaba, escrito pelo Dr. Carlos de Arruda Botelho, a pedido deles testadores.⁶⁶ Antônio de Barros Ferraz encontrava-se um ‘tanto adoentado’, mas em seu perfeito juízo. Declarou ser católico apostólico romano, em cuja fé tinha vivido e queria morrer. Declarou ser natural desta cidade (Piracicaba), filho legítimo dos finados Manuel de Barros Ferraz e de sua mulher D. Gertrudes Antônia de Barros. Que era casado em primeiras e últimas núpcias com D. Rita Ferraz de Barros, baronesa de Piracicamirim, do qual consórcio não tiveram filhos. Instituiu sua mulher como sua herdeira usufrutuária de todos os seus bens, por toda a sua vida, e por sua morte à sua sobrinha e afilhada Rita, menor, filha de seu sobrinho Francisco Ferraz e de sua finada mulher D. Anúncia. Deixava a seu sobrinho Francisco Corrêa Ferraz a quantia de cinco contos de réis (5:0000\$000), à Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba a quantia de cinco contos de réis, à Igreja da Boa Morte de Piracicaba a quantia de um conto de réis, à Igreja do Sagrado Coração de Jesus desta cidade a quantia de um conto de réis, à Igreja de São Benedito desta cidade a quantia de um conto de réis, à Igreja de Santo Antônio a quantia de um conto de réis, ao hospital dos morféticos desta cidade a quantia de quinhentos mil réis (500\$000), à Claudina, mulher de Marcelino Dias Ferraz a quantia de quinhentos mil réis, deixava para ser dividida igualmente entre as quatro filhas dos precedentes, de nome Isaura, Maria, Rita, Alice e Ana, a quantia de quinhentos mil réis, deixava a seu afilhado Antônio, também filho dos mesmos Marcelino Dias Ferraz e sua mulher Claudina, a quantia de duzentos mil réis, deixava à sua sobrinha e afilhada Maria Rita, filha do finado José Ferraz de Camargo a quantia de um conto de réis, deixava à sua ex-escrava de nome Sofia a quantia de cem mil réis, deixava a quantia de cento e vinte mil réis para ser dividido entre doze pobres desta cidade, à escolha de seus testamenteiros, deixava a quantia de quinhentos mil réis a D. Eufrosina de Arruda, filha de seu finado sobrinho José Rodrigues de Barros, deixava a quantia de duzentos e cinquenta mil réis a cada uma das menores Maria Inês e Eugênia, filhas de Benedito Pinto de Almeida e sua mulher Etelevina, deixava à sua sobrinha e afilhada Gertrudes, mulher de Manuel Morato de Barros, as duas casas que ficam juntas ao riacho Itapeva, na rua Prudente de Moraes, tendo cada uma delas duas frentes na frente vinte e cinco braças [cerca de 55 metros], passando estas casas por morte desta a sua filha e sua afilhada de nome Olímpia, deixava outras duas casas, situadas entre as precedentes e a linha de ferro de São Pedro, na mesma rua Prudente de Moraes, com igual frente e fundo que as duas

⁶⁶ Centro Cultural Martha Watts (Piracicaba). Caixa 80/B, 1.º Ofício Cível. Testamento.

primeiras, a sua afilhada Avelina, mulher de Manuel Rodrigues de Barros, com a condição de não poderem ser alienadas nem tomadas por dívidas. Todos esses legados seriam pagos, porém, depois da morte de sua mulher e herdeira usufrutuária de todos os bens que possuía.

Nomeava por testamenteiros, primeiro a sua mulher D. Rita Ferraz de Barros, baronesa de Piracicamirim, em segundo lugar ao seu sobrinho José Ferraz de Camargo Júnior e em terceiro lugar ao seu sobrinho Pedro Ferraz de Arruda Campos, aos quais pedia que aceitassem e fizessem cumprir fielmente este seu testamento e mandassem rezar uma capela de missas por sua alma.

Na mesma ocasião, D. Rita Ferraz de Barros, baronesa de Piracicamirim, achando-se em seu perfeito estado de saúde em seu perfeito juízo, fez suas disposições. Igualmente declarou ser católica apostólica romana, em cuja fé tinha vivido e queria morrer. Era natural desta cidade, filha legítima dos finados José Ferraz de Campos Camargo e de sua mulher D. Maria Anunciação de Camargo, que era casada em primeiras e últimas núpcias com Antônio de Barros Ferraz, barão de Piracicamirim, de cujo consórcio não tinham filhos. Instituíu, portanto, como seu herdeiro usufrutuário de todos os bens que possuía, por toda a sua vida, ao mesmo seu marido Antônio de Barros Ferraz, e por sua morte passariam os ditos bens à sua sobrinha e afilhada Rita, menor, filha de seus sobrinhos Francisco Corrêa Ferraz e sua finada mulher D. Maria Anúncia, à qual sua sobrinha e afilhada, instituíu como sua herdeira universal, sem prejuízo dos legados que passava a fazer.

Deixava a seu sobrinho Francisco Corrêa Ferraz a quantia de cinco contos de réis (5:0000\$000), à Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba a quantia de cinco contos de réis, à Igreja da Boa Morte de Piracicaba a quantia de um conto de réis, à Igreja do Sagrado Coração de Jesus desta cidade a quantia de um conto de réis, à Igreja de São Benedito desta cidade a quantia de um conto de réis, à Igreja de Santo Antônio a quantia de um conto de réis, ao hospital dos morféticos desta cidade a quantia de quinhentos mil réis (500\$000), à Claudina, mulher de Marcelino Dias Ferraz a quantia de quinhentos mil réis, deixava para ser dividida igualmente entre as quatro filhas dos precedentes, de nome Isaura, Maria, Rita, Alice e Ana, a quantia de quinhentos mil réis, deixava a Antônio, também filho dos mesmos Marcelino Dias Ferraz e sua mulher Claudina, a quantia de duzentos mil réis, deixava à sua sobrinha e afilhada Maria Rita, filha do seu finado irmão José Ferraz de Camargo a quantia de um conto de réis, deixava à sua ex-escrava de nome Sofia a quantia de cem mil réis, deixava a quantia de cento e vinte mil réis para ser dividido entre doze pobres desta cidade, à escolha de seus testamenteiros, deixava a quantia de quinhentos mil réis a D. Eufrosina de Arruda, filha de seu finado sobrinho José Rodrigues de Barros, deixava a quantia de duzentos e cinquenta mil réis a cada uma das menores Maria Inês e Eugênia, filhas de Benedito Pinto de Almeida e sua mulher Etelvina, deixava à sua sobrinha e afilhada Gertrudes, mulher de Manuel Morato de Barros, as duas casas que ficam juntas ao riacho Itapeva, na rua Prudente de Moraes, tendo cada uma delas duas frentes na

frente vinte e cinco braças [cerca de 55 metros], passando estas casas por morte desta a sua filha e sua afilhada de nome Olímpia, deixava outras duas casas, situadas entre as precedentes e a linha de ferro de São Pedro, na mesma rua Prudente de Moraes, com igual frente e fundo que as duas primeiras, a sua afilhada Avelina, mulher de Manuel Rodrigues de Barros, com a condição de não poderem ser alienadas nem tomadas por dívidas. Todos esses legados seriam pagos, porém, depois da morte de seu marido e herdeiro usufrutuário de todos os bens que possuía.

Nomeava por testamentários, primeiro a seu marido, em segundo lugar a seu sobrinho José Ferraz de Camargo Júnior e em terceiro lugar a seu sobrinho Pedro Ferraz de Arruda Campos, aos quais pedia que aceitassem e fizessem cumprir fielmente este seu testamento e mandassem rezar uma capela de missas por descanso de sua alma. Ela não sabia assinar.

O testamento de mão comum foi aprovado em 19 de Junho de 1895 na cidade de Piracicaba, em casas de residência de Antônio de Barros Ferraz, barão de Piracicamirim, pelo tabelião Joaquim Antônio de Matos Júnior, que encontrou a Antônio de Barros Ferraz de pé, embora doente, e a D. Rita Ferraz de perfeita saúde. Foram testemunhas o Dr. Adolfo Alberto Nardy de Vasconcelos, Comendador Miguel Antônio Gonçalves de Arruda, João Batista Ferraz de Camargo, Antônio Corrêa Ferraz e Artur de Matos, todos maiores, domiciliados nesta cidade de Piracicaba.

O termo de apresentação (“cumpra-se”) fez-se em 10 de Maio de 1896 na cidade de Piracicaba, pelo testamentário Manuel Ferraz de Camargo, perante o juiz de Direito Dr. Rafael Marques Cantinho, com o escrivão José da Silva. Em geral, o “cumpra-se” ao testamento dava-se ou no mesmo dia ou no primeiro dia útil à morte. Pode-se, então, aceitar a data da morte de Antônio de Barros Ferraz como tendo ocorrido em 9 de maio de 1896.⁶⁷ Esta data vem corroborada no “Almanak de Piracicaba para 1900” (organizado por Manuel de Camargo, p. 48) e na obra prima de Leandro Guerrini.⁶⁸

Dos livros do Cemitério de Piracicaba (na Avenida da Saudade), constou:

Pagou a Senhora D. Rita de Barros Ferraz 180\$000 [cento e oitenta mil réis] pela sepultura de seu marido Antônio de Barros Ferraz, em 25 de Agosto de 1896.

Não consegui localizar o túmulo dos barões de Piracicamirim que segundo consta das notas do mesmo cemitério, estariam na quadra 17.

⁶⁷ Não existe o livro de óbitos correspondente no Arquivo da Cúria Diocesana de Piracicaba.

⁶⁸ GUERRINI, Leandro. *Op. Cit.*, 2.º volume, p. 260.

Agradecimentos:

À Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, na pessoa da Jornalista Nilma de Oliveira Moratori, diretora do Departamento de Comunicação Social e autora do livro “150 Anos de História da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba: 1854-2004”, Campinas: SOMUS Gráfica e Editora, 2004. Há uma fotografia do Asilo de São Lázaro que pode ser vista em:

<http://www.santacasadepiracicaba.com.br/flipbook/livro-sc/livro.php#p=155>

Ao Centro Cultural Martha Watts, na pessoa da Historiadora Vivian Regina Monteiro.

Ao Departamento de Documentação e Transparência - Câmara Municipal de Piracicaba, na pessoa de seu diretor Bruno Didoné de Oliveira e de seu estagiário, Felipe Pasqualino Marques.

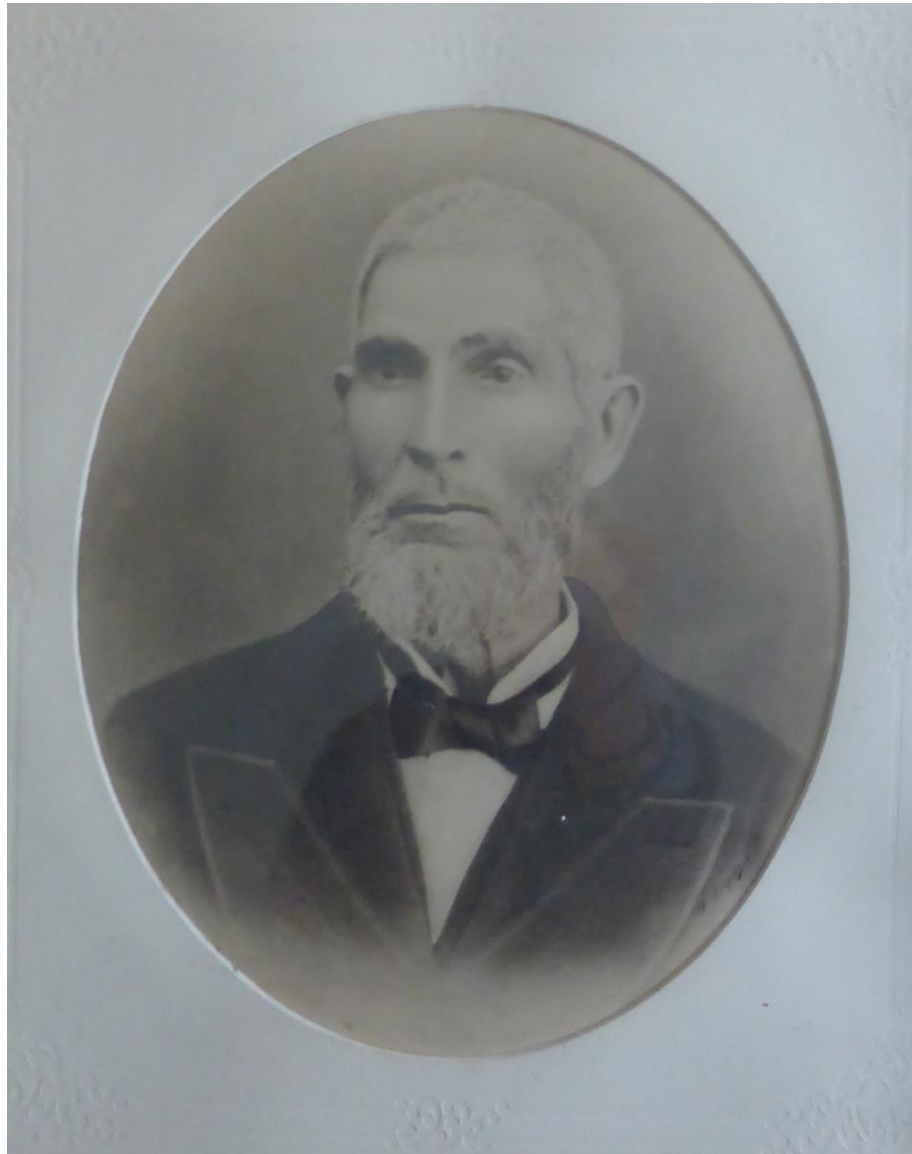
À Cúria Diocesana de Piracicaba, na pessoa do Diácono Marcos Roberto do Nascimento.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

Às informações obtidas da Historiadora Professora Dra. Marly Therezinha Germano Percin e do Arquiteto Professor Dr. Marcelo Cachioni (diretor do Departamento de Patrimônio Histórico/ Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP).

À administração do Cemitério da Saudade.

Ao Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, na pessoa do Historiador Jair Mongelli.



Antônio de Barros Ferraz, barão de Piracicamirim.
Fotografia existente na Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba.



D. Rita Ferraz de Barros, baronesa de Piracicamirim.
Fotografia existente na Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba.